



**CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | ES
CONTROLADORIA GERAL**

**ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA Nº 02-2021
CONTROLADORIA-GERAL DO PARLAMENTO MUNICIPAL**

A Sua Excelência o Senhor

LEANDRO GOMES DA CRUZ

Presidente da Câmara Municipal de Baixo Guandu/ES

Unidade Interessada: **Gabinete da Presidência, Assessoria Jurídica e Setor de Finanças e Contabilidade – SF-Contabilidade**

Referência: **Processo TCE-ES nº 2043/2019**

Fls.: 02

Processo nº 211 /20 21

Ass.: [Assinatura]

Assunto: Recomenda Contratação de empresa especializada na Revisão/Elaboração do Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Baixo Guandu/ES.

Leis e normas aplicadas ao assunto: Constituição Federal de 1988; Lei Municipal nº 1.229/1987; Lei Municipal nº 2.505/2009; Lei Municipal nº 2.583/2010; Lei Municipal nº 2.699/2012; Lei Municipal nº 2.913/2017; Lei Municipal nº 2.939/2017; Lei Municipal nº 2.998/2019;

A CONTROLADORIA-GERAL DO PARLAMENTO MUNICIPAL, detentora do dever de auxiliar o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) no exercício de sua missão institucional – art. 74, inc. IV, da CRFB/88, e de orientar a autoridade pública no sentido de evitar o erro, no uso das competências conferidas pelo art. 31, 70, 74 e 75 da Constituição da República,

[Assinatura]
Gleiciane Firme do C. Gomes
CONTROLADORA GERAL
Portaria 030/2021



Fls.: 03

Processo nº 211 / 20 21

Ass: [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | ES
CONTROLADORIA GERAL

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 227/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES e suas alterações, que dispõe sobre a implantação dos Sistemas de Controle Interno no âmbito dos Poderes Legislativos, Executivos e Judiciário do Estado do Espírito Santo;

CONSIDERANDO que um autêntico sistema de controle interno constitui uma verdadeira rede de informações, capaz de subsidiar o processo de tomada de decisão em nível estratégico, além de fornecer ao gestor, a qualquer instante, a exata noção do desempenho de cada um dos órgãos subordinados e vinculados;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e moralidade, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que, em homenagem aos princípios acima elencados, a Constituição da República prevê, como regra, que o acesso a cargos públicos depende da realização de concurso público, nos termos do artigo 37, II, do Texto Constitucional;

CONSIDERANDO que, para atendimento ao princípio da impessoalidade, é imprescindível que os concursos públicos eventualmente realizados prezem pela lisura do certame e tratamento isonômico dos candidatos;

CONSIDERANDO que esta Casa de Leis realizou seu último, e único, concurso público em **maio de 1988**, autorizado pela Lei nº 1.229, de 16 de março de 1987 (em anexo), a qual dispõe sobre a organização, funcionamento, criação e provimento de cargos da Secretaria da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO o decurso de tempo entre a realização do último concurso público e os dias atuais, a estrutura de cargos e salários criada já não comporta todas as necessidades deste Poder Legislativo;

CONSIDERANDO o quadro geral de pessoal necessário para atender as necessidades atuais da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Baixo Guandu/ES, representado pelo Organograma que segue em anexo, não houve outra forma senão a investidura por meio de **cargos em comissão, não precedidos de concurso público, declarados**



CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | ES
CONTROLADORIA GERAL

em lei de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Direito Administrativo entendido como um ato discricionário da autoridade competente e não necessitando de motivação para sua efetivação, os quais se deram através da **Lei Municipal nº 2.583, de 22/03/2010** que criou os Cargos Comissionados de Diretor Geral e Auxiliar Contábil; **Lei Municipal nº 2.913, de 08/03/2017** que criou os Cargos Comissionados de Diretor Financeiro, Diretor Legislativo, Chefe de Gabinete, Assessor de Imprensa, Comunicação e Tecnologia, 08 (oito) Assessores Especiais I e 07 (sete) Assessores Especiais II, além de alterar o quantitativo, nomenclatura e a remuneração do cargo de Assistente Parlamentar (**Lei Municipal nº 2.505/2009**) para os 39 (trinta e nove) cargos de Assessor Parlamentar (03 assessores externos para cada vereador); **Lei Municipal nº 2.505, de 15/04/2009** que criou (02) dois Cargos Comissionados de Assessor Jurídico; **Lei Municipal nº 2.939, de 19/10/2017** que criou o Cargo Comissionado de Auxiliar Financeiro; e, por fim, pela **Lei Municipal nº 2.699, de 28/05/2012** foi criado o cargo comissionado de Controlador Geral;

CONSIDERANDO que, justamente em decorrência do acima exposto, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade, notadamente a **contratação de pessoal sem a realização de concurso público**, conduta atentatória aos princípios da legalidade e da moralidade, suficiente para configurar o ato de improbidade capitulado no art. 11, I, da Lei nº 8.429/92.

A CONTROLADORIA-GERAL DO PARLAMENTO MUNICIPAL, no uso das funções e atribuições que lhes são conferidas pela Constituição da República (art. 31, 70, 74 e 75 da CF) e Resolução nº 227/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, expede a presente

RECOMENDAÇÃO

Fls.: 04
Processo nº 211 / 20 21
Ass.: [Assinatura]

ao Presidente desta Casa Legislativa para que, em cumprimento às disposições legais mencionadas, e em vista das circunstâncias ora apuradas, adote com urgência todas as providências necessárias para:

[Assinatura]
Gleiciane Firme do C. Gomes
CONTROLADORA GERAL
Secretaria 030/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | ES
CONTROLADORIA GERAL

1. A contratação *imediata* de Empresa Especializada na Revisão/Elaboração do Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Baixo Guandu/ES, mediante a execução das seguintes atividades;

Fls.: 05

Processo nº 211 /20 21

Ass.: [Assinatura]

- a) **Análise de Diagnóstico:** Analisar o levantamento das expectativas da Instituição e dos seus servidores com relação à elaboração do novo plano de cargos e salários que fundamente uma política de administração de pessoas orientada para a gestão eficiente, devendo estar alinhado às diretrizes estratégicas preconizadas, tendo em vista a implantação de um novo modelo de gestão, na busca da qualidade total com elevação da produtividade;
- b) **Delineamento e descrição dos cargos:** Analisar os cargos existentes, com vistas à obtenção de dados a serem utilizados na descrição e especificação de novas atribuições e requisitos para o mesmo, bem como as competências e habilidades exigidas para sua ocupação e descrição de cargos novos;
- c) **Levantamento e análise de atividades e atribuições:** Levantar as informações que permitam analisar o conteúdo das atividades, atribuições, requisitos e competências necessárias ao provimento dos cargos permanentes da Casa Legislativa, bem como a necessidade de criação ou extinção de cargos;
- d) **Avaliação e classificação dos cargos:** Determinar o valor relativo dos cargos dentro da estrutura orgânica da Instituição, hierarquizando-os, segundo sua importância, complexidade, competências e habilidades exigidas para sua ocupação e dimensionando-os segundo a estruturação organizacional;
- e) **Plano de carreira funcional:** Estruturar carreira para os cargos, estabelecendo requisitos, habilidades, competências e critérios para progressão horizontal e promoção, delineando as trajetórias de carreira da Instituição, otimizando o aproveitamento de talentos e permitindo às pessoas planejarem seu autodesenvolvimento;
- f) **Estruturação salarial:** Estabelecer estrutura salarial compatível com a estrutura dos cargos, com tabelas organizadas em classes, níveis salariais e/ou padrões; e
- g) **Diretrizes gerais:** Elaborar as normas de gestão e manutenção do Plano de Cargos e Salários;

[Assinatura]
Gleiciane Firme do C. Gomes
CONTROLADORA GERAL
Portaria 030/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | ES
CONTROLADORIA GERAL

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Controladoria-Geral do Parlamento Municipal, por meio das suas orientações técnico-jurídicas e das suas recomendações, objetiva auxiliar na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, fraudulentas e que possam acarretar prejuízos ao Poder Público, além de assegurar o cumprimento de leis, regulamentos e diretrizes da Administração Pública do Poder Legislativo Municipal.

Sem mais para o momento, a Controladoria-Geral do Parlamento Municipal renova protestos de estima e distinta consideração.

Baixo Guandu/ES, 10 de maio de 2021.

Respeitosamente,


Gleiciane Firme do Carmo Gomes

Controladora da Câmara Municipal de Baixo Guandu/ES

Portaria nº 30/2021

Gleiciane Firme do C. Gomes
CONTROLADORA GERAL
Portaria 030/2021

Fls.: 06
Processo nº 211 /20 21
Ass.: 